

## Jango, Glauber e Darcy: a correspondência como espaço de questões políticas e afetivas

**Rio, 23 de agosto de 1981.  
Cemitério São João Batista.**

**Darcy Ribeiro:** Sua breve vida. Sem pele, com a carne exposta. Capaz de gozos e de excessos. Não é, Glauber? Mas mais capaz de dor, da nossa dor. Uma vez, que eu não vou esquecer nunca, Glauber passou uma manhã abraçado comigo, chorando, chorando, chorando compulsivamente. Eu custei a entender, ninguém entendia, que Glauber chorava a dor que todos nós deveríamos chorar, a dor de todos os brasileiros. O Glauber chorava as crianças com fome. O Glauber chorava este país que não deu certo. O Glauber chorava a brutalidade. O Glauber chorava a estupidez, a mediocridade, a tortura. Ele não suportava. Chorava, chorava, chorava. Os filmes do Glauber são isso. Um lamento, um grito, um berro. É a herança que fica de Glauber. Fica de Glauber para nós a herança de sua indignação. Ele foi o mais indignado de nós. Indignado com o mundo tal qual é. Assim. Indignado porque, mais do que nós, Glauber também podia ver o mundo que podia ser. E que vai ser, Glauber. Que há de ser. Glauber viveu entre a esperança e o desespero. Como um pêndulo louco.

*(Glauber, o filme – Labirinto do Brasil)*

Diante do esquife de Glauber, Darcy Ribeiro tinha a voz embargada; os olhos, lacrimejantes. Despojado, ao fazer o elogio fúnebre ao cineasta, ele deixava que - para usar palavras de Montaigne na abertura de *Essais* (2004, p.31) - vivos se exibissem seus defeitos e que todos os vissem na sua “ingenuidade física e moral, pelo menos enquanto o permitia a conveniência”. Como comentado na introdução desta dissertação, nesse momento, finalmente, Darcy conseguiu, num rompante, externar a emoção que foi obrigado a conter no enterro de João Goulart.

Quando ele disse de improviso para as dezenas de pessoas que rodeavam a sepultura de Glauber que, certa vez, a qual nunca esqueceria, o cineasta passou

uma manhã abraçado com ele, “chorando, chorando, chorando compulsivamente”, estava protagonizando um desabafo para si mesmo, sem se preocupar com o interesse que seu discurso poderia causar. Ali, quem falava não era o antropólogo Darcy Ribeiro de quem seria esperada uma análise sobre a importância social da cinematografia de Glauber Rocha, “o grande cineasta” que o Brasil e o mundo acabava de perder. Quem falava ali, era o amigo, a quem o Glauber recorria em seus momentos de dor, porque considerava que ele era capaz de entendê-lo, enquanto ninguém mais o entendia; porque ele se deixava abraçar; porque ele o consolava, nas vezes em que chorava, chorava, chorava. É assim que Darcy relata, em seu livro *Confissões*, uma de suas lembranças da amizade com o cineasta:

Muitas outras lembranças tenho do meu querido Glauber, em diversas cidades. A mais comovente foi em seu apartamento, em Ipanema, no Rio. Fui chamado por sua mulher, dizendo que ele passava mal. Encontrei Glauber pelado, chorando convulsivamente. Ele me abraçou dizendo que ninguém tinha fé nele, que ele estava sozinho naquela cidade. Eu lhe disse que era muito querido e respeitado, que eu poria ali, imediatamente, qualquer intelectual que ele quisesse ver. Aí Glauber passou a chorar mais fortemente ainda, dizendo aos arrancos: “As crianças, Darcy. Tanta criança” (2002, p. 449 e 450).

Um outro episódio que mostra a intimidade fraterna entre os dois está registrado também no filme *Glauber*. Numa entrevista, Darcy relata a visita que o cineasta lhe fez em 1972, quando estava exilado em Montevidéu, no Uruguai<sup>35</sup>.

Disse a ele uma noite que ia encontrar com o general Sereni, candidato à presidência da República, na casa do reitor da universidade, com um grupo de políticos uruguaios. Íamos conversar sobre a América Latina. Glauber agarrou-se a mim, insistindo que queria ir também: “Nunca vi uma coisa assim”. Louco que sou, o levei. No meio da reunião, Glauber que estava sentado em uma poltrona uns metros afastados, tirou um baseado do bolso e pitou tranqüilamente. O cheiro da maconha invadiu a sala e eu caí numa vergonha. Pensava: esse Glauber é doido, tomara que essa gente não saiba o que é maconha. Ninguém disse nada e ele fumou seu cigarrinho, inteirinho, inteirinho, depois apagou a bagana num vaso de flores e ficou sempre atento a nossa conversa.

A exposição dessas duas passagens evidencia o tom de tratamento entre Glauber e Darcy, o qual marcará as muitas impressões que eles trocaram sobre João Goulart. Na maioria das vezes, questionamentos do cineasta para o antropólogo.

---

<sup>35</sup>Esse episódio também está relatado no livro *Confissões*, p.149.

Parte do conteúdo político de *Terra em transe* e do projeto *Jango*, por exemplo, foi extraída de conversas e, sobretudo, da correspondência entre Glauber e Darcy. Sendo que essas informações foram passadas em âmbito privado, descartando as hierarquias epistemológicas tradicionais e abrindo-se à experimentação de padrões reflexivos não formais, já que se tratava de uma relação entre amigos e não entre o antropólogo que foi ministro da Educação e chefe da Casa Civil do governo João Goulart e um dos cineastas brasileiros mais importantes do Cinema Novo. Não há dúvida de que o fato de os dois partirem do pressuposto de que o diálogo entre eles tinha caráter particular – ainda que fossem pessoas públicas e que, no caso de Glauber, as idéias discutidas poderiam ser “aproveitadas” em suas produções artísticas – influenciou no resultado do “personagem” *Jango* construído por eles.

Uma carta-resposta de Darcy para Glauber, de Santiago, em 31 de maio de 1972, serve para exemplificar as informações que trocavam sobre *Jango*. No trecho inicial, o antropólogo escreve:

Glauber, meu irmão:

Você me pede que escreva sobre um tema tão amplo e complicado, que nem com todos os meus livros consegui ou tentei abarcá-lo. Pede, nada menos, que eu entre na alma do *Jango* para interpretar seus desígnios passados e futuros, para avaliar suas convicções e para captar sua visão de mundo. Imagine se alguém pedisse a um amigo que desse de você, Glauber, um retrato-diagnóstico desta natureza. Ou imagine simplesmente que você se propusesse traçar seu próprio perfil, com aquelas ambições. Não acha que seria impossível?

O máximo que se pode alcançar neste plano de prospecções biográficas são visões – mais ou menos informadas – de como as pessoas atuam em certas circunstâncias.

Quanto ao *Jango*, a primeira observação seria a de uma aparente dualidade entre o que ele é, pela vida que se construiu de fazendeiro-invernista bem-sucedido e rico, e seu desempenho de político reformista. Mas a simples suposição desta dualidade traz implícita a idéia de que as personalidades são entidades inteiriças e coerentes, o que é muito duvidoso. Mais verdadeira é talvez a observação de que os homens atuam na vida social, e particularmente na arena política, muito mais de acordo com as circunstâncias que se apresentam – as conjunturas, como se diz – do que com o ideário que acaso tenham. Todos nós estamos permanentemente nos representando a nós mesmos, representando para platéias indiferentes ou coniventes, que tanto nos coagem com suas expectativas que interiorizamos como se projetam em nós. (...). O que quero dizer é tão-somente que um homem não exprime, no poder, a sua ideologia pessoal, mas a conjuntura política com que ascendeu. É claro que deve haver certa compatibilidade entre o papel representado e a personalidade que o encarna. Mas, vai de regra, as personalidades são suficientemente flexíveis para se acomodarem aos papéis que ordinariamente são chamadas a viver. (Rocha, 1997, p. 439 e 440).

Mais adiante, Darcy continua:

Você pergunta se Jango teria um projeto para o Brasil. Eu diria que sim, porque às forças políticas nas quais ele se sustentava correspondiam aspirações que ele expressava, gostasse ou não, como pré-requisito para manter-se e consolidar-se no poder. Estas aspirações (Reforma Agrária, contenção de exploração estrangeira, direito de greve, liberdade sindical, expansão de educação popular, etc.), tiveram naqueles anos livre curso para manifestar-se de mil modos. (1997, p.443).

É interessante notar que, num confronto, ainda que rápido, entre as idéias que Darcy apresenta para Glauber e as que o cineasta utiliza em suas obras, e mesmo em entrevistas e depoimentos, há muitas coincidências, senão apropriações. Sobre a questão, citada acima, de Jango ter ou não um projeto para o Brasil, Glauber, no documentário *Depois do transe*, se posiciona de maneira bastante semelhante ao que ouviu do amigo: “O janguismo é o poder político e Jango Goulart tinha um programa de reformas – para reforma agrária, reforma urbana, reformas econômicas – que abria as vias do socialismo no Brasil”.

Sem pudor e porque achava que Darcy era o único capaz de penetrar na alma de Jango – ou seja, explicar a complexidade das atitudes políticas de um governante –, Glauber usa o ponto de vista do amigo para retomar o resgate interpretativo da história recente do Brasil, marcada pelo Golpe de 64 e pela deposição do ex-presidente, que ele tentava expurgar, como forma de avançar para o futuro. Essa operação correspondia a um auto-resgate já que a queda de Jango, a fúria da direita e a impotência da esquerda provocaram, como diz numa carta ao amigo Jomard Muniz de Britto, “a mais brutal crise” de toda sua vida: “Eu viajei com *deus e o diabo*, veio a queda de Jango, eu voltei com tudo mudado e as pessoas dispersas, desmoralizadas, tristes”.

Um outro exemplo da apropriação que Glauber fazia das idéias de Darcy, em seus posicionamentos políticos, se deu quando ele foi visitar o antropólogo no Peru. O amigo lhe explicou que tinha abandonado o cargo de assessor do presidente chileno Salvador Allende, porque resolvera tentar entender como um grupo de militares fez e estava fazendo a revolução peruana. Não acreditava na possibilidade de o Brasil chegar ao socialismo por meio de uma eleição, mas começava a pensar que não era impossível que os “milicos” do Brasil, em vez de serem a mão armada da classe dominante, dos latifundiários, pudessem mudar de lado. Darcy relata em *Glauber o filme - Labirinto do Brasil*, que Glauber se

interessou imediatamente por essa idéia, “quis ser apresentado a pessoas e tomou muitas informações”:

Isso é que explica porque Glauber disse aquela loucura: “Para surpresa geral, li, entendi e acho que o General Golbery (chefe do SNI - Serviço Nacional de Informações - e estrategista do regime de ditadura militar no Brasil) um gênio, o mais alto pensar da raça ao lado do professor Darcy”.

Segundo ele, Glauber estava querendo aproximá-lo do Golbery e dos outros ideólogos do Golpe de 64 para “tentar colocar juízo na cabeça dos milicos”. “É claro que a esquerda não entendeu nunca isso e todos ficaram contra o Glauber. Mas havia alguma razão, havia algum sentido, havia alguma lógica naquela coisa aparentemente absurda que o Glauber estava fazendo”, afirmou Darcy.

Como se pode deduzir por essa afirmação, não é que as “apropriações” e as “transformações” que Glauber fazia das idéias de Darcy se passassem sem o aval dele. Pelo contrário, a impressão é de que ele as incentivava, muito provavelmente porque tinha a consciência de que o diálogo entre eles - uma espécie de mediação entre as ciências sociais e o universo artístico - era potente para a construção de um futuro revolucionário que tanto um quanto outro ambicionavam. Darcy, ciente do “peso” de suas considerações sobre o governo João Goulart e a repercussão que poderiam ter, não só pela sua posição de antropólogo, mas, sobretudo, por ter sido seu ministro da Educação e chefe da Casa Civil, dá a Glauber – a quem permite que o veja na sua “simplicidade natural, sem artifício de nenhuma espécie”, para citar mais uma vez Montaigne (2004, p.31) - a função de representá-lo. Ainda na carta de 31 de maio de 1972, Darcy diz:

Não sei que imagem se terá, no futuro, de meu amigo Jango. Aventuro-me, porém, a predizer que será mais generosa do que esta que se difundiu depois do golpe. Afinal, seu governo não caiu por seus defeitos. Foi derrubado por suas qualidades. Suponho que, ainda agora, depois de tantas páginas, tenha dado muito pouco do que você pede e necessita. Pensando no filme-painel sobre o Brasil, me esforço por imaginar alguma coisa que seja útil e comunicável. Não sei. Acho, porém, que este filme é muito importante, Glauber. O que você fez até agora como cineasta assegura uma audiência internacional maciça, à qual você pode dizer coisas significativas sobre o que nós somos como povo, que nos ajudem a realizar nossas potencialidades. Confio em que você fará isso muito bem, arrancando outra vez do peito a imagem que quer transmitir: verdadeira, lúcida e motivadora. Gostaria muito de conversar sobre o filme e, sobretudo, de vê-lo

durante a montagem para dar meus palpites de brasileiro que, como você, se esforça para entender o Brasil e expressá-lo (1997, p.445).

Não é que as declarações de Glauber não tivessem força para repercutir e interferir no processo político do país, pelo contrário, é como se Darcy apostasse no fato de que, por ser considerado no âmbito da fabulação, o discurso do cineasta tinha maior liberdade questionadora – e, então, mais uma vez é possível usar como referência o conceito de Nietzsche, para quem a arte é a mais alta potência do falso, já tratado detalhadamente nesta dissertação. Apesar de estar interessado na revolução peruana feita com o auxílio dos militares, Darcy, na posição de aliado político de Jango, não deveria buscar qualquer conciliação com Golbery, que fora um dos articuladores do Golpe de 64 e, por conseguinte, responsável por seu exílio, e também pelo do ex-presidente. Mas sabia que Glauber podia tentar a conciliação com Golbery, assim como o fez, só que de sua forma hiperbólica: chamando-o de gênio da raça.

Tal declaração consta de uma carta que o cineasta escreveu para Zuenir Ventura, de Roma, em 31 de janeiro de 1974, e que foi publicada como depoimento na revista *Visão*, em março do mesmo ano, provocando intensa polêmica e críticas, pela defesa que ele fazia dos militares. Assim Glauber “traduziu” as idéias de Darcy, apreendidas durante sua visita ao Peru:

querido Zus,

(...) acho que Geisel tem tudo na mão para fazer do Brasil um país forte, justo, livre. Estou certo inclusive que os militares são legítimos representantes do povo. Chegou a hora de reconhecer sem mistificações, moralismos bobocas, a evidência: Costa era quente, frias eram as consciências em transe que não viram pintar as contradições no espelho da história. Em 68 eu era alberquista<sup>36</sup>, pode publicar se quiser, e Antônio das Mortes é o profeta de Alvarado e Kadhafi. Vejam as coisas: agora a história recomeça. Os fatos de Geisel ser luterano e de meu aniversário ser a 14 de março, quando completo 35, me deixam absolutamente seguro de que cabe a Ele responder às perguntas do Brasil falando para o Mundo. Não existe arte revolucionária sem poder revolucionário. Não adianta discutir as flores do estilo: quero ver o tutano da raiz. Começemos por Economia Política e vejamos como se articula o desenvolvimento da superestrutura sobre o subdesenvolvimento da infra-estrutura etc. Acho Delfim Netto burro, idem Roberto Campos. Chega de mistificação. Para surpresa geral, li, entendi e acho o General Golbery um gênio – o mais alto da raça ao lado do professor Darcy. Que Celso Furtado é a metáfora do terceiro mundo dragado pela *Wall Street Scout*. Que Fernando Henrique é o príncipe de nossa Sociologia. Que

<sup>36</sup>Glauber está se referindo a Albuquerque Lima, militar que lançou, em 1973, um manifesto nacionalista pedindo reformas.

leio e curto a revista *Argumento*. Que Chico Buarque é o nosso Errol Flynn. Que entre a burguesia nacionalinternacional e o militarismo nacionalista, eu fico, sem outra possibilidade de papo, com o segundo. De cinema novo? O novo é sempre viveterno e *São Bernardo* ainda surpreendeu incrédulos da geração 50. Não tenho nada de pessoal contra tropicanalhistas: detesto a finura sutil dos machadianos, o revisionismo *Time-Life* da moçada abrilhantada; sou um homem do povo, intermediário do cujo, e a serviço. Força Total pra Embrafilme. Ordem e Progresso.

Abraços do Buru. (Deduza o que quiser e publique.)

Beijos em Mary (Rocha, 1997, p. 482 e 483).

Por meio, não apenas dessa carta a Zuenir Ventura, mas de sua correspondência (um total de 265 cartas organizadas no livro *Cartas ao mundo* por Ivana Bentes), Glauber permite que se tenha a compreensão de sua vivência individual e afetiva que serve também para a compreensão do perfil de uma época e de uma geração de intelectuais, artistas e políticos. Essas cartas se constituíram, além de documentos biográficos, parte importante do seu legado artístico, porque se provaram peças indispensáveis para a compreensão do sentido estético-político de sua obra, na medida em que essa se confundiam com sua performance, dentro da perspectiva de que vida e obra estão inter-relacionadas. Como observa Ivana Bentes (1997, p.9), “lidos e relidos tais textos perturbadores, revistos os filmes, a obra e a vida de Glauber pecam e assustam por um só motivo: *excesso* de sentido”:

Sujeito do discurso, sujeito do desejo, ator no processo político e econômico, Glauber surge nessas cartas como sujeito plural e personagem conceitual. No período que cobre a correspondência selecionada e que vai de 1953 a 1981, ou seja, dos treze aos 42 anos, Glauber empreende o que Foucault chama de uma “escrita de si”<sup>37</sup>. Abre-se ao olhar do outro de forma radical. Essa “narração de si” surge nas cartas não como algo íntimo ou privado, mas como um experimentar-se que deve ser exteriorizado (1997, p. 9 e 10).

A questão que se coloca, a partir disso, é a seguinte: até que ponto a carta não traz em si o caráter da encenação? Silviano Santiago (2002, p.11) compara a escrita de cartas à escrita de literatura e afirma que, nesta, a estilização literária, ou seja, “o *fingimento*, recobre, sursurupia, esconde, escamoteia e dramatiza a experiência pessoal, intransferível e íntima”. E que as cartas, por sua vez, estão num “entre - lugar”, por ser onde ocorre uma dramatização da intimidade, uma

<sup>37</sup>C.f. Michel Foucault. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

escrita de si que se manifesta num processo permanente de negociações entre os missivistas. Se, na correspondência sempre se pressupõe a existência de um outro, como afirma Foucault, há sempre o olhar de alguém que se projeta sobre nós. Então, pode se considerar que nesse espaço é possível se recriar de acordo com o que se deseja aparecer para o outro. Sendo assim, não seria a correspondência um palco em que o missivista assume temporariamente o papel de outro, assim como no teatro?

Numa carta de 31 de agosto de 1973, ao amigo João Carlos Rodrigues, Glauber já fala sobre as idéias polêmicas sobre os militares, sobre as quais conversara com Darcy, mas sem entrar nesse mérito e apenas acrescentando: “Aprendi duas coisas em política com Darcy Ribeiro: eu – a guerrilha acabou, professor. Darcy – não é nossa função desarmar ninguém”. Antes, na mesma carta, escreveu:

querido João

recebi sua carta agora mesmo que estou terminando de escrever pro Francis sobre as transas que você já deve saber mas lhe faço um resumo:

(...)

- agora, sem direita para sustentá-lo, Geisel se vê quase em xeque-mate com a carta manifesto de Albuquerque no dia óbvio de 24 de agosto (publicada com repercussão no *Le Monde* de 25) pedindo reformas econômicas, sociais, estatização para libertar o povo da miséria, democracia e o caralho. Pela primeira vez um milico vem depois de 1930 de manifesto radical na cara da presidência. O general Euler é o Maurício de Nassau do norte e Amazonas e as tropas de construção da estrada estão rebeladas, auto-identificadas com Alvarado (na carta Albuquerque fecha claramente com o Peru), e se Geisel não der, desce. Certo!!!

- é óbvio: a esquerda não sacou Albuquerque no Interior 67, não sacou que graças a Albuquerque e Euler teve passeatas sem repressão e movimento cultural ascendente, que em 69 Albuquerque tentou transar com Marighela para uma aliança no sentido de evitar a subida de Médici e virar a mesa.

- Jango negou apoio a Magalhães Pinto para vice de Geisel, transa do arcaico PC, respondendo que não apoiava traidores nem transava com o mdb, partido que legitimava a ditadura. A manobra das aberturas democráticas é liderada por Júlio Mesquita, ou seja, lentarnistas ligados a Watergate. Jango viu a história com um dia de vantagem. É um tranqüilo man from the pampas, e apoiou as alas nacional-reformistas de suas tropas gaúchas, as quais controla como boiadas revolucionárias à espera do estouro. (...) (Rocha, 1997, p. 460 e 461).

Nessa carta, mais uma vez, Glauber explicita sua genealogia política ao se referir a Getúlio (“no dia óbvio de 24 de agosto”), a Jango e, agora, às lições recebidas de Darcy. Em seu teatro, Glauber é também Darcy e executa, com

dedicação, o *script* proposto pelo próprio antropólogo, que o incentiva a se conciliar com o vilão, nesse caso, representado por Golbery.

Ainda na carta para o amigo João Carlos, Glauber delineia, através de um de seus alter egos, o perfil do vilão de sua peça: “Afinal, Antônio das Mortes, em pleno alberquismo, peruanismo e kadafismo é um jagunço do latifúndio que se une à esquerda para matar o dragão. A profecia se cumpre” (1997, p.463).

É nesse momento que, mais uma vez, Glauber se faz Jango, repetindo um roteiro que o ex-presidente protagonizara em 1967, aceitando receber Carlos Lacerda, vilão no suicídio de Vargas e no Golpe de 64, em Montevideú, para tentar um acordo para formar a Frente Ampla. Por conta disso, o ex-presidente foi bastante criticado, por aliados e opositores, assim como aconteceu com o cineasta no episódio Golbery.

Jango não era um correspondente compulsivo - tal como Glauber -, numa carta ao filho, João Vicente, confessa: “J. Vicente: isto não é uma carta – apenas anotações que vou escrevendo ao correr do lápis, para atender ao teu desejo de notícias e pra sentir o prazer de conversar contigo por escrito, o que nunca fiz com outras pessoas”. Mesmo assim, do exílio, era por meio da correspondência<sup>38</sup> com seus correligionários que o ex-presidente acompanhava o desenrolar do processo político brasileiro. A questão do acordo com Lacerda foi assunto em algumas cartas. Para Percy Penalvo, o capataz que o acompanhara ao exílio e que cuidava da fazenda de Tacuarembó, escreveu:

Somente por motivos de força maior, como sabes, não fui (ilegível) o amigo (ilegível). Quero que ao lhe transmitires o meu abraço amigo lhe explique as razões e, ao mesmo tempo, ponha-lhe a par das razões que me levaram a um entendimento com Lacerda, na minha residência, e apenas em torno da luta pela restauração das liberdades e franquias democráticas.

Já numa carta recebida do advogado Waldir Borges, enviada de Porto Alegre em 3 de outubro de 1967, Jango toma conhecimento da repercussão de seu encontro com Lacerda:

---

<sup>38</sup>As cartas de Jango, enviadas e recebidas, usadas neste trabalho fazem parte do arquivo pessoal de João Vicente Goulart.

Presidente:

O encontro em Montevideú, lamentavelmente, teve repercussão negativa. Os nossos amigos não o aceitaram. Nesta semana que passou, dediquei-me inteiramente a tentar neutralizar as reações. Consegui evitar um pronunciamento público, da Bancada do MDB. O Heuser, embora desaprovando o encontro, tem sido de uma utilidade excepcional, no propósito de acalmar os ânimos. Em Cruz Alta, na reunião do MDB, presentes 61 Municípios, o Heuser e o Pedro Simon evitaram uma moção de censura, assinada pela quase totalidade dos convencionais. A tônica da reunião, no entanto, foi agressivamente contra. É necessário dar “tempo ao tempo”. Existe a esperança de que, no futuro, o quadro seja alterado. Hoje, porém, a opinião pública é notoriamente resistente ao encontro. Recebi a carta. Será lida na assembléia. Procurarei um contato com o Oswaldo Lima, fixando a data. Estou ansioso para visitá-lo. A minha presença, aqui, nestes dias, é necessária e mais útil. No momento em que a situação acalmar-se viajarei a Montevideú. Por último, devo informá-lo que a versão colhida, no Governo, é no sentido de que não haverá reação oficial. Esperam uma luta na área oposicionista, dividindo-a. Publicarão, em todo o Brasil, os ataques do “Carlinhos” aos presidentes J.G. e J. K., em tempos passados. Já iniciaram este procedimento de influência psicológica negativa à Frente.

O papel que João Goulart escolhe representar não só no teatro da política brasileira, mas também na sua vida privada – e aí ele se comporta como o artista deleuziano, cuja vida se mistura à obra - é o de alguém preocupado com o destino do país e disposto a se submeter a sacrifícios e a conciliações em nome de um objetivo. Então, o tom do discurso que assume em sua correspondência é político, tanto ao escrever para o filho (a quem diz ao mesmo tempo: “sinto umas saudades tuas que não podes imaginar” e “aqui na América do Sul o espaço vai se tornando cada vez menor para os idealistas que não aceitam a opressão como forma de governo”<sup>39</sup>) como para atender as solicitações de jornalistas, no papel de ex-presidente brasileiro exilado. Numa carta, de 28 de junho de 1967, para um repórter iugoslavo (Emanuel Mickovic-Soko), em resposta à pergunta: “Em sua opinião, qual é o papel fundamental de uma nação no que ela foi no passado, no que é no presente e no que deve ser no futuro?:

A nação, como comunidade humana individualizada por sua história comum e por suas aspirações co-participativas, é o quadro dentro do qual um povo vive seu destino. Seus papéis fundamentais são:

- integrar seu povo num Estado soberano face a todos os demais e definir um projeto próprio de desenvolvimento que o coloque na vanguarda do progresso humano;
- unificar seu povo numa cultura nacional autêntica que reflita sua experiência do passado e o motive à plena realização de suas potencialidades;

<sup>39</sup>Trecho desta carta, escrita de Maldonado, em 21 de maio de 1976, para João Vicente, em Londres, está transcrito na introdução.

- tornar toda a sua população capaz de fazer-se herdeira do patrimônio intelectual, científico e artístico da humanidade para enriquecê-lo com sua própria criatividade.<sup>40</sup>

A herança que Jango queria deixar para o filho (“Esse é o maior patrimônio que eu poderia te proporcionar! Educação e formação... formação cultural, política e moral...”) é a mesma que quer deixar para o povo brasileiro, ainda que por isso, criticado pela direita e pela esquerda, tenha recebido a pecha de “despreparado” para o poder e de “covarde”, por ter optado pelo “não derramamento de sangue”.

Então, é a vez de Darcy Ribeiro entrar em cena. No livro *Confissões*, ele condensa a reflexão do cientista social à memória afetiva do político, que age como romancista, isto é, transforma lembranças em intriga de romance e trata de construir o personagem Jango da forma como achava que a herança do ex-presidente deveria ser passada. O envolvimento pessoal e não apenas político que tinha com Goulart pode ser demonstrado, entre muitos, no seguinte trecho do livro:

Uma das dores que mais me doeram naqueles tempos era a de ver a intelectualidade cheia de dúvidas quanto ao programa de reformas que a direita execrava como a revolução sindical comunista, absolutamente inadmissível. Todos tinham a cabeça feita pela ideologia comunista, que só admitia como revolução social a de forma soviética ou cubana. Queríamos levar adiante a Revolução de 1930, reabrindo seu poder transformador, o que a intelectualidade udenóide desmerecia como inconseqüente, porque não constituía o que eles chamavam de revolução (2002, p.294 e 295).

Quando Darcy fala “queríamos levar adiante a Revolução de 1930<sup>41</sup>”, não se trata mais de um projeto de reformas de João Goulart, mas de um projeto dele próprio, que evoca a herança de Getúlio Vargas (que em conseqüência da Revolução de 30 assumiu como presidente provisório da Brasil) para contar sua história outra do janguismo.

O antropólogo se aproximou de Jango quando exercia o cargo de ministro da Educação do gabinete Hermes Lima, durante o tempo que Jango governou o Brasil sob o regime parlamentarista. Quando veio a vitória do plebiscito, que

<sup>40</sup>Carta retirada do arquivo pessoal de João Vicente Goulart.

<sup>41</sup>Dá-se o nome de Revolução de 1930 ao movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que culminou com a deposição do presidente paulista Washington Luís

restituiu o presidencialismo, Goulart decidiu mudar todo o ministério. Darcy relata:

Tive, então, uma conversa memorável com o presidente, junto com Waldir Pires. Andando no terraço dos fundos do Palácio Alvorada, insistimos com ele que o plebiscito fora ganho em nome de uma política de reformas de base, mas ele contestava, irredutível: “Essa coroa não ponho na minha cabeça”. Provavelmente atendia a compromissos eleitorais do plebiscito. Talvez quisesse apenas um pouco de paz, depois de um ano de tensões. Efetivamente dividiu o poder com o PSD, convocando para o governo um grupo de ministros reacionários. Três meses depois teve que renovar o ministério, porque toda a sua base eleitoral de apoio reclamava reformas de base (2002, p. 300)

Ele foi, então, chamado pelo presidente à sua residência particular, na Granja do Torto. Jango tinha em mente fazê-lo chefe da Casa Civil, cargo que tentou recusar, argumentando que não tinha habilidade para as jogadas políticas ou para o simples convívio do mundo político, e deu a entender que preferia ficar como reitor da Universidade de Brasília. Porém, Jango não concordou e disse: “Não me negue isso, Darcy. Preciso de uma pessoa em que possa confiar inteiramente. Preciso de um chefe da Casa Civil que tenha competência e lealdade ao presidente”. Assim Jango passou o bastão de sua herança para Darcy, que ainda relata:

Assim posto, tive que aceitar o cargo, que se tornara irrecusável. Era um cargo equivalente, no presidencialismo, ao que representava o primeiro-ministro para o parlamentarismo no plano político-administrativo. O chefe da Casa Civil é, de fato, o administrador do governo, que deixa livre o presidente para a atuação política, tendo a sua retaguarda guarnecida. Lá fui eu tentar levantar o governo com a campanha das reformas de base (2002, p.300 e 301).

O antropólogo assume aí as “reformas de base” como parte de seu próprio projeto para o Brasil, devendo-se destacar que é a partir daí que ele constrói o “seu” Jango, emprestando-lhe seus “sonhos” de emancipação e potencialização da brasilidade. É dentro desta perspectiva que ele irá penetrar na alma de Goulart, como Glauber lhe pediu, e escreverá, como já citado: “Não sei que imagem se terá, no futuro, de meu amigo Jango. Aventuro-me, porém, a predizer que será mais generosa do que esta que se difundiu depois do golpe. Afinal, seu governo não caiu por seus defeitos. Foi derrubado por suas qualidades”.

É possível perceber em *Confissões* o esforço de Darcy para ressaltar que

“o governo Jango, em seus 31 meses, apesar de toda a oposição, fez muitas coisas de importância decisiva para o Brasil” – o que em última instância tratou-se de mostrar a eficiência de seu próprio projeto para o país. Assim, ele enumera o que chama de “Êxitos de Jango”:

(...) Criou a Eletrobrás, que Getúlio não pôde instituir, porque fora obstaculizado até o desespero. Eram as Lights que financiavam a campanha de imprensa que o levou ao suicídio. (...) Jango fez aprovar a Lei de Comunicações sob o desespero da UDN, que se opôs a ele através de seus deputados no congresso e de campanhas de difamação fora dele.

Promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional e pôs em execução o primeiro Programa Nacional de Educação.

Criou o Ministério do Planejamento Nacional, entregue a Celso Furtado, que propôs o Plano Trienal, destinado a coordenar o desenvolvimento autônomo e socialmente responsável do Brasil.

Municipalizou o sistema de saúde do Brasil.

Pôs sob controle as importações de insumos farmacêuticos, em que se registravam superpreços de até vinte vezes o custo internacional das mercadorias, com o apoio escandaloso da embaixada norte-americana. Instituiu, para desgosto do patronato, o 13º salário.

Promulgou o Código Nacional de Telecomunicações.

Reconheceu a CGT como central única dos trabalhadores. Pôs em execução o sindicalismo rural, através do estatuto Rural.

Reconheceu a URSS, com quem restabeleceu as relações. E estava fazendo o mesmo com a China continental. Solidarizou-se sempre com Cuba, em face da agressividade norte-americana. Tudo isso e muita coisa mais, de que não me lembro agora (2002, p.326).

O Jango construído por Darcy não tinha nada a ver com “o Hamlet dos pampas”, para usar as palavras do editor Ênio Silveira, no prefácio de *O ato e o fato* (Cony, 1979, p.14), que “não solucionou o dilema famoso e não soube escolher o caminho entre *to suffer the slings and arrows of outrageous fortune* e *to take arms against a sea of troubles*”. O Jango de Darcy foi alguém a quem “devemos (...) ter criado, apesar de toda a oposição feroz que enfrentou, um ambiente de liberdades públicas e de criatividade cultural que o Brasil nunca vivera antes”. Um Jango que Glauber leu como “um tranqüilo man from the pampas”, que, no trajeto de seu destino trágico, às vezes, mancava.